

Genealogia do sexo no pelo: uma revisão bibliográfica das vontades de verdade sobre a prática do *bareback*

Genealogy of raw sex: a literature review of wills to truth regarding the practice of *bareback*

Gleiton Matheus Bonfante¹

Professor visitante na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Brasil.

RESUMO

O artigo apresenta uma revisão bibliográfica narrativa das vontades de verdade sobre o fenômeno do sexo *bareback*, prática sexual homoerótica que pressupõe a penetração anal sem o emprego do preservativo. A revisão narrativa persegue por textos científicos as vontades de verdade que têm disputado o tema pelos últimos 40 anos. Entre os resultados, pode-se ressaltar que embora um tradicional embate patologia autodestrutiva versus prática de insubmissão se tenha feito muito vivo nas últimas quatro décadas de pesquisa sobre o tema, tal disputa discursiva parece se tornar anacrônica se considerarmos as novas tecnologias de prevenção química, a racionalidade neoliberal e seu afrouxamento moral e a “virada sem camisinha” (Brennan, 2018) na pornografia mainstream.

PALAVRAS-CHAVE:

Bareback. Vontade de Verdade. Neoliberalismo. Foucault. Linguística Queer.

ABSTRACT

This paper presents a narrative literature review of the wills to truth on the phenomenon of *bareback* sex, homoerotic sexual practice that presupposes anal penetration without condoms. The narrative review pursues through scientific texts the wills to truth that have disputed the theme for the last 40 years. Among the results, it can be highlighted that a traditional clash of self-destructive pathology versus insubmissive practice has been very much alive in the last four decades of research on the topic. However, such a discursive dispute seems to have become anachronistic if we consider the new technologies of chemical prevention, the neoliberal rationality and its moral loosening, and, the “condomless turn” (Brennan, 2018) in mainstream pornography.

KEYWORDS:

Bareback. Will to Truth. Neoliberalism. Foucault. Queer Linguistics.

Recebido em: 19/07/2022

Aceito em: 01/11/2022

¹ E-mail: supergleiton@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6828-508X>

1. Introdução

O passado é performativo (Muñoz, 2009). Ele nos afeta, conduzindo interpretações e co-construindo o presente. Por isso, o passado nunca passa como sugere o participio, mas nos visita como uma insistência celebrativa da lembrança. Portanto, uma genealogia² como método de conhecer pela via da revisão bibliográfica focada em vontades de verdade pode ser elucidativa dos sentidos sócio-históricos de práticas sexuais como *bareback*³. O sentido dessa prática é disputado por vontades de verdade, que segundo Foucault (2014[1971]), se dissimulam por trás do que julgamos ser verdadeiro. Vörös (2014) sugere que o significante *bareback* é escorregadio, abrangendo conteúdos muito diversos. Sua definição emerge nos grupos de WhatsApp pesquisados por Bonfante (2020) como a recepção de sêmen no ânus e na boca e, menos popularmente como a prática de penetração sem o preservativo, de forma que a troca de fluídos propriamente dita é central à performance do *bareback* (Barret, 2017; Bonfante, 2020). Paralelamente, os interlocutores de Bezerra (2019) performam *bareback* como sexo mais próximo da pele, ressaltando esse órgão e suas possibilidades sensitivas nos discursos sobre a prática sexual.

A polissemia do *bareback* insiste em que sua verdade é performativa, delimitada pelo poder de coerção exercido discursivamente pelas vontades de verdade. Uma vontade de verdade tem poder disciplinar e coercitivo porque “apoia-se sobre um suporte institucional” (Foucault, 2014[1971], p. 16) e é “reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia” (FOUCAULT, 2014[1971], p. 17) e pela valorização e distribuição do saber no seio da vida social. Vontades de verdade são forjadas por expectativas sociais, subjetivas, institucionais, culturais e científicas sobre que tipos de conhecimento e discurso importam como verdade. Assim, ao questionar o murmúrio discursivo na história dessa prática sexual, mapeio as relações ideológicas paralelas a sua movimentação no discurso, assumindo que a verdade é performada por vontades de verdade. Para entender como o sexo desprotegido tem sido performado e tangenciado historicamente por verdades em disputa, pretendo trazer à luz as próprias disputas discursivas, perseguindo as seguintes questões: Quais são as vontades de verdade sobre o sexo

² Com Foucault, entendo genealogia como “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito (...)” (2015[1977], p. 43). É relevante mencionar que a genealogia, aqui mobilizada por uma revisão narrativa, não prevê um esgotamento do tópico histórica ou linearmente, mas lança atenção a questões históricas atravessadas pelo ponto de vista subjetivo-narrativo do autor.

³ O termo *bareback* surge na pandemia da aids no contexto norte-americano como conceito e como questão política, social, identitária e de saúde coletiva.

desprotegido nos últimos 40 anos? Como essas vontades de verdade são articuladas na contemporaneidade neoliberal? Tais perguntas procuram entender como o passado e o presente disputam discursivamente e conceitualmente a verdade acerca do sexo desprotegido, não apenas inaugurando um terreno de embate ético, moral, político e estético, mas apontando para um desejo de utopia sexual inspirada pelo passado pré-aids.

A preocupação em evidenciar embates discursivos é o primeiro objetivo deste artigo, que discute distintos repertórios discursivos que tangenciam o *bareback*: como o discurso médico e a farmacêuticalização (Biehl, 2008) da vida (seção dois); o poder pastoral e sua moral ascética (seção três); o risco (seção quatro); e a liberdade neoliberal, vontade de verdade resplandecente para a nossa racionalidade econômica (seção cinco). Nas seções seis e sete, o coração do texto, detalho o embate simbólico mais relevante sobre o *bareback* ao fornecer uma revisão narrativa sobre as vontades de verdade imbuídas e diluídas em discursos científicos que fazem e refazem discursivamente o fenômeno do sexo desprotegido. Na última seção, concluo a revisão. O segundo objetivo deste texto se refere a desmoralizar (no sentido de problematizar a moralidade subjacente) procedimentos de produção de conhecimento. Conhecimento e verdade⁴ não estão necessariamente comprometidos. O conceito *verdade* tende a ser autoritário, enquanto o conhecimento pode ser libertador, e potencialmente desmoralizador. O mote para desmoralização do conhecimento é pensar como as vontades de verdade neoliberais têm autorizado o sexo desprotegido. E o caminho ético que proponho é entender que *bareback* não corresponde nem a um ato de resistência, nem a um impulso autodestrutivo, mas tem sido performado como o comum, o banal do sexo (Vörös, 2014; Brennan, 2018; Bonfante, 2020).

2. Discursos médicos e a farmacêuticalização do HIV

Desde a epidemia de aids⁵, os discursos médicos repousaram o foco do pânico moral e da

⁴ Nesse texto abordo verdade e conhecimento como conceitos distintos, embora não dicotômicos. *Verdade* entendo como um efeito de vontades de verdades, um desejo filosófico por inequívoca clareza enquanto *conhecimento*, entendo como os efeitos de um procedimento de saber alcançados por observação ou experiência metódicas da realidade social. Em outras palavras, *verdade* remonta aqui a um desejo filosófico-ontológico, enquanto conhecimento deriva de práticas mundanas de conhecer. Essa pulsante distinção visa retomar a crítica foucaultiana ao conceito de verdade a partir da insistência no objeto de crítica.

⁵ O vírus da imunodeficiência adquirida é um vírus que acomete humanos/as. Ele pode ser transmitido através de contato sexual sem a proteção física da camisinha ou química dos fármacos. Embora uma infecção viral, o HIV é um signo de virulência simbólica que produz muito sofrimento e estigma para os infectados. Seus danos hoje se dão mais a nível simbólico-social, do que molecular.

Informações importantes sobre prevenção, testagem e tratamento são encontradas na página:

vigilância política sob o ânus gay (Bersani, 1987; Saez; Carrascosa, 2011), simultaneamente demonizando seu uso sexual e censurando a identidade política que emergia dessa prática nas décadas de 1980 e 1990. Historicamente, os discursos médicos moldam subjetividades e práticas sexuais das populações segundo modelos dominantes os quais se apoiam em “dispositivos” de controle da subjetividade para governar populações, conhecidos como biopoder (Foucault, 1999[1976]). A história da sexualidade ocidental (Foucault, 1988b; 2010[1984]; 2014[1984]), não por acaso, foi uma história de movimentar intimidades nas tramas do discurso e controlar através da distorção dos discursos o uso de nossos corpos, desde os manuais de interpretação de sonho de Artemidoro (Foucault, 2014[1984]) até a sociedade disciplinar (Foucault, 1988b).

A demonização do sexo anal, munida de argumentos médicos desde o resplandecer da aids, foi cerceada por uma intensa discursivização, que não tinha como objetivo a higienização, mas a erradicação das práticas sexuais cujo estandarte é o prazer anal, signo social de degeneração moral e corporal. Para o governo das populações, a erradicação ou a proibição de práticas sexuais são acompanhadas de investimento discursivo (Foucault, 1988b). Ao contrário de silêncio, houve, de fato, nas décadas de 80 e 90 uma profusão de textos sobre a aids, cujas vontades de verdade relacionavam o prazer anal a um impulso de autodestruição. A comoção social sobre o emprego sensual dos ânus homoeróticos foi enquadrada como uma “questão de segurança pública” (Crimp, 1987), enquanto a higienização-erradicação discursivo-moral-corporal protegia o heterocapitalismo (Halberstam, 2005) como prática sexual segura, moralmente viável e rentável. Para sujeitos homoeróticos, o adoecer através do sexo – mesmo depois da comprovada eficácia dos tratamentos antirretrovirais e do enquadramento do HIV como doença crônica – é performado na sociedade como um ato imoral (Bersani, 1987) culpável e que causa prejuízo econômico (Tomso, 2013). No neoliberalismo “farmacopornográfico” (Preciado, 2008), a preocupação com a promiscuidade gay está mais ligada a perdas econômicas do que ao risco à vida.

A eficiência dos medicamentos antirretrovirais e das novas tecnologias de prevenção, como a PEP e a PREP⁶, se comprova tanto na melhoria da vida de portadores do vírus HIV, quanto no

<https://unaids.org.br/informacoes-basicas/>

⁶ Estudos comprovam não apenas a impossibilidade de transmissão do vírus por sujeitos soropositivos que fazem uso contínuo de antirretrovirais, mas a eficácia do uso de PEP (profilaxia pós-exposição) e do PREP (profilaxia pré-exposição) contra novas infecções pelo HIV. Aquele está disponível em postos de atendimento médico no Brasil para tratar pessoas que entraram em contato com o vírus. Este é distribuído pelo SUS em algumas cidades do Brasil a sujeitos considerados de risco. Zucchi et al (2018) discutem os desafios da instauração da política do PREP no Brasil, assim como Queiroz e Souza (2017). Para um levantamento bibliográfico sobre vantagens e desvantagens das “novas tecnologias de profilaxia”, recomendo Ferraz e Paiva (2015).

impedimento de novas transmissões. Tanto os antirretrovirais quanto a PEP e a PREP podem ser pensados como “dispositivos microprostéticos de controle de subjetividades” (Preciado, 2008, p. 31), cujo emprego caracteriza o regime farmacopornográfico: “um capitalismo quente, psicotrópico e punk” (Ibidem, p. 31) do qual são constitutivos os “processos de governo molecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-porno) da subjetividade sexual” (Ibidem, p. 32). A banal presença de substâncias químicas na composição de subjetividades contemporâneas, que é típica do “regime farmacopornográfico” (Preciado, 2008) e da farmacuticalização da vida (Biehl, 2008), funda um cenário pós-HIV para práticas sexuais homoeróticas, estabelecendo a promiscuidade como um estilo de vida degenerado, ainda que não seja ameaça à saúde pública. No capitalismo farmacopornográfico, os fármacos passam a representar um antídoto para a virulência moral que a prática do sexo sem camisinha simbolizara, caso o acesso aos medicamentos PREP, PEP e antirretrovirais seja garantido⁷. Pois, se a racionalidade neoliberal é um propulsor moral do *bareback* ao investir na liberdade individual, experimentação e gestão de si e dos desejos, ela é também o perigo mais vil para a saúde sexual, pois neoliberalismo pressupõe que prevenção e tratamento são *commodities* e não um direito universal. A distribuição desigual dos fármacos nos faz manter em horizonte de reflexão e indignação que nem toda vida importa (Butler, 2009) e que “prazer é uma questão de privilégio” (Miller-Young, 2018, s/p.).

3. Ascetismo, neoliberalismo e desmoralização do conhecimento

O poder pastoral zela por todo sujeito individualmente, enquanto guia e cuida do rebanho como um todo (Foucault, 1996). Alocado por Foucault no Estado liberal e na prática médica, o poder pastoral estabelece bons e maus comportamentos – sobretudo sexuais – pela lógica moral da renúncia de si mesmo, estipulando os desejos individuais como aquilo de que devemos abdicar em prol de uma adequação moral a sociedade. Com razão, “os discursos da saúde pública enfatizam a ideologia do sexo protegido, para a qual a falha em usar a camisinha indexicaliza um ato imoral” (Barret, 2017, p. 161). Assim, é relevante questionar qual a origem dos conceitos de moralidade e imoralidade investidos pelo poder pastoral e pelo discurso médico. Na base ideológica do poder pastoral jaz a moral cristã ascética que postula imorais tanto performances de

⁷ Embora no Brasil a tímida distribuição do PREP e PEP e a dos antirretrovirais seja feita pelo SUS e seja universal, ela não é “plena” (Buss; Pellegrini Filho, 2007): o acesso é determinado por marcadores socioeconômicos. Ver também Fleury (2011) para uma discussão sobre equidade, universalização e acesso à saúde por uma perspectiva socioeconômica.

prazer individual quanto de suposto risco. Para Foucault, a moralidade tem uma história, onde é clara a persistência de uma “tradição moral cristã, para a qual a abnegação é a condição da salvação” (Foucault, 1988a, p. 22). A moralidade cristã, da qual não conseguimos nos libertar politicamente, insiste que “o ‘eu’ é o que podemos renunciar” (Ibidem, p. 22), de modo que práticas que privilegiem o prazer individual ou subjetivo não encontram legitimidade moral e estiveram envolvidas por uma aura de culpa até o enlace terno do neoliberalismo. Enquanto a culpa está ligada ao controle dos corpos e das práticas sexuais, a absolvição está ligada aos sistemas de conhecimento, os quais tento aqui desmoralizar, pois o conhecimento pode ser antídoto para a ordem moral de higienização sexual.

Existe uma obrigação ética em recusar a desmoralização individual que o neoliberalismo oferece e observar a história do conhecimento *bareback* e seus embates epistemológicos para nos lançarmos ao projeto de desmoralizar o conhecimento, que tem poder performativo ético, mas apenas se for ele mesmo limpo das nódoas do moralismo pastoral e aceitar que não existe imoralidade, mas sim moralidades rivais. Desmoralizar, baseando-se em conhecimento *bareback* é um dos objetivos deste trabalho que questiona a aura de culpa e vergonha que circunda o ânus gay. Warner acredita que “a cultura gay é marcada por um encontro primordial com a vergonha” (Warner, 2000, p. 8), uma política de gestão dos corpos que “envolve desigualdades silenciosas, efeitos de isolamento não-intencionais e a restrição do acesso público” (Warner, 2000, p. 7). A moral ascética-pastoral – vontade de verdade estrondosa em textos acadêmicos como Halkitis et al (2003), em que a sexualização da identidade gay tem sido uma estratégia performativa para nos extirpar de nossa autonomia política – colabora com a publicidade punitiva dada às práticas de dissidentes sexuais. Portanto, é emergente desmoralizar a “verdade”, introduzindo perspectivas não-hegemônicas como inspiração científica, historicizando as práticas, aceitando que a ausência de camisinha não necessariamente significa ausência de cuidado, e se rebelando contra o imbricamento involuntário em uma política da vergonha que atua diretamente na nossa aniquilação política e física, ao passo que nos culpa pela nossa destruição.

4. Risco

As vontades de verdade que sustentaram a edificação simbólica da prática do *bareback* foram fomentadas pelo conceito de risco, “uma noção essencialmente moderna que implica na reorientação das relações das pessoas com eventos futuros” (Spink, 2019, p.6). Discutindo a

Sociedade do Risco (Beck, 2010[1993]), Spink explica que o conceito de risco significa na contemporaneidade ‘perigo com responsabilização’, na medida em que o conceito incorporou os imperativos das ordens morais e tornou-se progressivamente politizado. Na contemporaneidade íntimo-espetacular, “risco” passou a ser simultaneamente um conceito investido de concretude social fóbica, e uma vontade de verdade contemporânea na composição das subjetividades neoliberais. Risco como vontade de verdade socioeconômica produziu, portanto, dois efeitos performativos sobre o desejo “no pelo”. Se na aurora do neoliberalismo, risco ecoa como quiasma da liberdade, em sociedades disciplinares ele foi produzido como uma zona moralmente impenetrável. O conceito de risco pode ser usado como estratégia discursiva de deslegitimação subjetiva e destituição política, já que “a acusação de causar risco é uma arma” (Douglas, 1992, p. 25). Tomso (2013) sugere que a performance do risco barra o reconhecimento político. Tal arma – a acusação de causar risco – continua sendo amplamente empregada pelo heterocapitalismo (Halberstam, 2005) e pelo moralismo sexual ascético – e até pelo neoliberalismo, quando convém. Não obstante, observaram Bonfante (2020), nos grupos de WhatsApp BB, e Rusty Barret, nos blogs de praticantes de *bareback*, que “a performance de atração erótica pelo risco serve para indexar masculinidade (...). A disponibilidade para correr riscos pode simbolizar ‘*toughness*’, enquanto camisinhas podem indexicalizar medo ou feminilidade” (Barret, 2017, p. 159). Bonfante (2020) explica que nos grupos de WhatsApp, o sexo sem caminha é muitas vezes descrito como “sem frescura”, em oposição ao sexo encapado, sendo investido de associações indexicais com coragem, hombridade, macheza. O fetiche social pelo risco, e pela gestão de si, que a racionalidade neoliberal fomenta, passa a seduzir a todos, mas principalmente os sujeitos cujas sexualidades foram implicadas em uma “política da vergonha”. Essa sedução das minorias sexuais pelo neoliberalismo ajuda a ratificar a naturalização do risco no discurso neoliberal, pois desautoriza a abnegação e propaga a ideologia de que podemos ser quem quisermos.

5. Liberdade neoliberal

Por contrariar a filosofia milenar do cuidado de si (Foucault, 2014[1984]), sublevar-se ao Estado e desafiar os discursos biomédicos, o “sexo nu” (Felberg, 2015) compreende a projeção do risco liberal para o próprio sexo. Para o Liberalismo, todo risco deve ser advertido pelo Estado, que provê um regime de verdade para guiar seus governados: o poder pastoral. No entanto, cada um é responsável por administrar seus próprios riscos, e por eles são também culpabilizados. A forma

de poder pastoral que a racionalidade liberal assume tem como função destruir os inimigos de sua estabilidade e hegemonia e combater toda forma de risco, administrando sua penetrabilidade através de instituições.

Para o Neoliberalismo, sexo desprotegido é o risco do sexo, contudo o risco passa a ser uma dimensão central da existência, sendo desejável, caso prometa a maximização dos ganhos orgásticos. O problema social não é mais aquele da sociedade liberal disciplinar: o desejo. Junto ao autocuidado, responsabilidade pessoal e autogestão, ele é uma das peculiaridades da liberdade neoliberal. Neoliberalismo considera os desejos do sujeito como fator propulsor de sua adesão à racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), da qual faz parte o imperativo do risco. O neoliberalismo abraça os riscos pela sua possibilidade de fortuna, animando o ditado *quem não arrisca, não petisca*. Porém, o calibra com uma atitude de individualização do revés: *cada um por si*. A atitude neoliberal em relação ao risco ‘redescreve o revés do risco como uma falha do sujeito, apagando os embates históricos pelo poder político’ (Tomso, 2013). Esse é o ponto de Tomso ao propor o sexo viral como um campo discursivo, que “fornece uma oportunidade filosófica e histórica para pensar sobre política sexual de maneiras não organizadas em torno da abordagem liberal tradicional” (Ibidem, p. 181), a qual reconhece o sujeito pela produtividade capital. A discussão do sexo viral ressalta que os efeitos dos discursos liberais e neoliberais são a remoção do

sexo viral do seu contexto cultural e histórico, reduzindo suas tensões políticas e históricas às qualidades intrínsecas do indivíduo. O neoliberalismo faz com que a adesão à norma biopolítica da saúde pareça uma escolha ética profundamente pessoal, na medida em que sujeitos individuais internalizam a demanda para proteger e promover a vida de acordo com a razão do Estado (Tomso, 2013, p. 184).

A individualização neoliberal dos problemas sociais é uma consequência econômica da redução tributária que marca a transição do regime liberal para o neoliberal e que acarreta a redução de serviços prestados e a privatização da saúde, preterindo uma racionalidade que encoraja o risco, mas culpa o prejuízo individualmente:

Em sua encarnação especificamente neoliberal, a saúde pública sugere maneiras eficientes de preservar e gerenciar a vida de uma população, tornando os indivíduos moralmente responsáveis por sua própria saúde. (...) Portanto, estar doente em um regime biopolítico neoliberal não é apenas estar doente ou sofrendo, mas também ser ineficiente, egoísta, irresponsável e irracional – e ser um fardo econômico. (TOMSO, 2013, p.183)

Tomso foca na economia política do sexo viral, uma alegoria para *bareback*, localizando-o

no campo das relações de poder. Seguindo uma tradição foucaultiana, ele acredita que o sexo viral é um fenômeno historicamente constituído: um produto de discursos disciplinares sobre o corpo gay que teria um poder contestador e desafiador, pois questiona “os significados políticos da vida que emergem no discurso liberal dos direitos naturais e noções de poder soberano centradas no Estado” (Ibidem, p. 181). Tomso acredita que as formas de liberalismo⁸ “não garantem liberdade sexual”, e descreve o entendimento neoliberal de saúde pública como “uma forma de violência patrocinada pelo Estado contra os direitos do indivíduo” (Ibidem, p.182). Ademais, ele critica um sistema de saúde impregnado de ideologias (neo)liberais e que enfrenta problemas sociais como se fossem específicos a sujeitos politicamente incômodos, sem considerar prazer nem direito sexual.

6. Vontades de verdade em embate

No campo da produção de conhecimento sobre o sexo desprotegido, houve nas últimas quatro décadas um embate entre duas maneiras principais de conceituá-lo: um comportamento patológico (Green, 1996; Bergling, 1997; Peyser, 1997) ou prática disruptiva de resistência (Crimp, 1987; Bersani 1987; Halberstam, 2005). A performance da primeira vontade de verdade se apoiava em metáforas e alegorias que indexalizam um impulso autodestrutivo e irresponsável, como os títulos dos autores citados sugerem: “Cavaleiros da Tempestade” (Bergling, 1997), “Flertando com o suicídio” (Green, 1996) e “Uma dança mortal” (Peyser, 1997). Os dois últimos sugerem uma proximidade conceitual entre a dança, o movimento dos corpos no ato sexual e a procura pela morte (ver também Gauthier e Forsyth (1999) que metaforizam *bareback* como “dádiva da morte”). Há, nesses textos, uma preocupação semiótica em sinonimizar prazer anal e degeneração física e moral. Como assertivamente sugere Barrett (2017), as próprias questões privilegiadas neste tipo de investigação científica direcionavam a discursivização do *bareback* para uma performance patologizante. Ao se perguntar por que alguém se envolveria em práticas sexuais arriscadas, estudos como os de Green (1996), Bergling (1997), Halkitis et al (2003) endossavam um pânico moral baseado na aversão à prática sexual não hegemônica e no barramento da cidadania sexual de sujeitos homoeróticos. *Porque* performa uma necessidade de explicação social de práticas consideradas inexplicáveis, arriscadas ou imorais.

⁸ Neste texto, abordo liberalismo e neoliberalismo como racionalidades econômicas sinônimas, enquanto ressalto suas diferenças. Essa ambiguidade contiguidade/diferença é sustentada pela ausência de um claro corte entre neoliberalismo e liberalismo, os quais se sobrepõem e duelam por territórios de influência discursivo-ideológica.

A segunda tradição que passou a disputar tal espaço discursivo sugeriria justamente o contrário: prazer anal não seria um transtorno, mas um direito sexual legítimo (Preciado, 2009), desafiando ferozmente a identificação cabal entre sexo anal e desejo de autoaniquilação. Bersani deixa claro que o reto não é um túmulo que encerra a vida, mas um em que se sepulta a masculinidade como privilégio político (Bersani, 1987); Halberstam propõe que o praticante de *bareback* desafia expectativas heteronormativas de longevidade e acúmulo de capital (Halberstam, 2005); Crimp, por sua vez, esclarece que a promiscuidade é um afeto (no sentido de carinho) que dramatiza os laços empáticos entre homens gays (Crimp, 1987). Garcia (2009) também nota essa tendência dicotômica na conceitualização do sexo *bareback*. Em suas palavras, o sexo sem camisinha permanece conceituado ora como “um esporte de risco”, ora como “terrorismo biológico”. Ambos os conceitos indexicalizam a emoção do risco associada à performance masculina do gosto pela aventura, assim como o fantasma do pânico moral que jaz no medo pela contaminação. Em consonância, Vörös (2014) propõe que no debate *queer*, tanto na literatura anglofônica, quanto na literatura francófônica, a prática do *bareback* é tangenciada ora por um retrato de abjeção moral e um comportamento potencialmente criminoso, ora por um ícone de uma nova resistência (ver também Dean, 2009; e Saez e Carrascosa, 2011). Tal duelo entre vontades de verdade é um claro embate epistemológico entre formações discursivas. Mesmo contrário a expectativas essencialistas, acho relevante notar que as posições discursivas dos autores citados, é congruente com a natureza heteronormativa ou não de suas formações discursivas. Enquanto as formações discursivas heteronormativas ratificam os privilégios sexuais e a superioridade moral da heterossexualidade, exigindo explicações de outros repertórios de desejo, autores cujas práticas sexuais são involuntariamente implicadas em uma política da vergonha performam uma formação discursiva anti-heteronormativa que se dedica ao rompimento da prisão simbólica do uso anal para inaugurar outros terrenos conceituais que tangenciem a expressão da sexualidade gay e do prazer anal como um ato de liberdade. Esse embate entre formações discursivas ligado a performances de identidade de gênero não permite generalizações, porém é um forte argumento contra a expectativa de neutralidade científica, na medida em que a formação discursiva do autor se mostrou determinante para os tipos de questões e resultados que a pesquisa sobre sexualidade pode veicular. Talvez isso implique também em ressaltar a necessidade de pensar o conceito de formação discursiva como interlaçado a sexualidade, mas essa é uma questão para outra ocasião.

Como a morte e o HIV não estão mais associados de forma causal no discurso médico, os

últimos 40 anos de reflexão científica materializados no debate sócio-político *resistência versus suicídio* me parecem ter se transformado em um debate relativamente anacrônico e que esconde outras disputas por vontades de verdade que espreitam a sociedade íntimo-espetacular neoliberal. Após o controle de sua transmissão e mortalidade, a aids não é mais uma pandemia, mas uma questão de saúde pública. Em congruência, na sociedade neoliberal tem resplandecido discursos outros que disputam o sexo viral, seu presente e passado performativo. Por outro lado, subversivo e “inquestionavelmente radical” (Dean, 2009) não são mais adjetivos adequados para o sexo sem camisinha, porque as vontades de verdade que tocam tal prática hoje são as da liberdade individual, da otimização do prazer e até da norma neoliberal de experiência do risco. Tendo em consideração esse embate entre vontades de verdade, como defender para a prática do *bareback* um potencial *queer* de desestabilização e resistência, proposto por autores como Dean (2009) e Halberstam (2005)? Embora prevista pelo pensamento foucaultiano como constitutiva da microfísica do poder, a resistência à governamentalidade dos corpos e sujeitos é emparelhada pelos autores com a rejeição do controle ideológico (Crimp, 1987; Bersani, 1987). O problema com essa expectativa de resistência jaz no fato de que qualquer resistência ideológica na contemporaneidade dependeria necessariamente da objeção à infiltração da racionalidade neoliberal, que, por sua vez, autoriza o *bareback*. Lembremos que o “neoliberalismo invoca uma reestruturação da política sexual para que os sujeitos e populações governem a si mesmos de acordo com vontades de verdade neoliberais” (Ludwig, 2018, pp. 419-420). Responsáveis pela autoaplicação de tecnologias de poder, nós – dissidentes sexuais – passamos a conduzir e governar nossos comportamentos sexuais e políticas corporais em direção da promessa neoliberal de sermos autênticos e livres, ressoando com a privatização dos riscos sociais.

7. Desqueerizando o sexo “no pelo”

Brennan mapeou a “retirada da camisinha” de nove entre os dez mais populares sites norte-americanos de pornografia gay, sugerindo estar havendo uma aceitação massiva dessa prática que “tem se tornado cada vez mais viável em termos morais” (Brennan, 2018, p. 153). Brennan descreve a “crescente *decondomização*” (Ibidem, p. 125) da pornografia gay mainstream na última década como relevante mudança semiótica que passou a incorporar a estética *bareback* universalmente à representação do sexo anal entre homens. Em consonância, Bonfante (2020) explica que *bareback* performa de forma mais espetacular a intimidade dos corpos. Não apenas

porque performa os corpos absolutamente despidos de tecnologias de controle, mas porque performa uma prática sexual ainda tabu. Vörös concorda que a pornografia sem camisinha “se tornou a mais pornográfica de todas as pornografias gays” (Vörös, 2014, p. 339). Foi a epidemia da aids que introduziu a camisinha na pornografia nos anos 90 e 2000. Consoante, sua retirada gradual pelos estúdios de filmes pornográficos na era PREP está relacionada à pharmaceuticalização da vida, ao apelo estético do *bareback* e à sua crescente aceitação moral, que contribuem para que ‘ele se torne rapidamente mais cultura gay do que subcultura’ (Brennan, 2018, p. 23). Seguindo Brennan, poderíamos dizer que o *bareback* está virando a norma do sexo gay? Sua viabilidade moral e sua atual segurança química parecem diminuir sua radicalidade como prática política. Se é que podemos equalizar sexo radical com inserção política radical. Sexo radical não necessariamente significa ou subtende uma politização radical do sujeito sexual! Ver Halberstam, (2005) para essa discussão. Assim, o tão cantado potencial transformador e desestabilizador do sexo viral vai se esvaindo perante a domesticação neoliberal do desejo homoerótico.

Contudo, apesar de não ser mortalmente radical, *bareback* pode significar se permitir viver uma utopia do desejo. O sexo sem camisinha pode se apresentar como a única alternativa para clamar uma “cidadania sexual” (Muñoz, 2009) para muitos sujeitos. De acordo com Muñoz, “lembranças ricas de uma utopia sexual alimentam uma política *queer* transformativa” (2009, p. 36). Ele acredita que a utopia oferece uma “crítica do presente” (Ibidem, p.35) e a performance de memórias utópicas *queer* pode nos ajudar na fundação de um espaço social onde podemos de fato viver nossa “cidadania sexual” (Ibidem, p.35) e construir uma futuridade *queer*. Se seguimos Muñoz, enxergamos nos fantasmas do passado um senso de possibilidade que o futuro não mostra. Ele acredita que existe uma utopia de liberdade e saúde sexual que jaz nas memórias sexuais do pré-aids e que merece ser lembrada. A performatividade dessas memórias e desse desejo *queer* de gozar nossos corpos sem perdas endossaria a produção de formas de liberdade éticas a serem celebradas e buscadas no futuro *queer*:

um retorno ao passado com o propósito de criticar o presente é instigado por um desejo de futuro. O futuro *queer* não menospreza o desejo. Ao contrário, ele abraça o desejo, desejo por ambos semiabstrações mais amplas como um mundo melhor e liberdade, mas também mais imediatas como melhores relações sociais que incluem sexo melhor e mais prazer (MUÑOZ, 2009, p.30).

Florêncio (2018) também se deixa inspirar pelas relações sexuais sem camisinha para sugerir que as relações éticas dentro de uma comunidade *bareback* se transmutam em uma Ética

da *cumunion* (sêmen-comunhão) nas cenas dos pornôns da gravadora *Treasure Island Media*, nos forçando a repensar ideias neoliberais de autonomia individual e integridade corpórea. Ele acredita que as cenas de comunhão de sêmen oferecem uma alternativa simbólica mais inclusiva e menos individualista à política neoliberal do eu. Vidarte (2007), que recusa a ética como instrumento de opressão e destruição dos corpos *queer*, postula que a ética feita com a razão não nos inclui. Portanto, devemos investir em uma ética anal ou, como ele diz "analética", para termos liberdade de usar nossos cus como desejamos. Vidarte explica que LGBTTs vivem metaforicamente com 'seus rabos para fora', o que significa uma vida precária "conformada com a metade" (Vidarte, 2007, p. 10) e com uma "situação estrutural de submissão, opressão, discriminação" (Ibidem, p.10). Como a proposta de sêmen-comunhão em Florêncio, a metáfora da ética anal em Vidarte sugere um ataque às ideologias neoliberais já que o "cu é absolutamente incompatível com a propriedade privada e a circulação do capital" (Ibidem, p.10), pois a performance de prazer anal barra o reconhecimento cívico (Bersani, 1987).

A promessa de liberdade que o neoliberalismo jurou é agridoce, porque pratica o esquecimento de todas aquelas bichas que o desprivilégio econômico excluiu. Por isso, a "utopia da pegação" de Muñoz é mais eticamente justificável do que as possibilidades neoliberais de liberdade sexual, pois ela democratiza deveras o prazer e a segurança sexual. Sem a dimensão da utopia em que Muñoz insiste, os fármacos só forjam liberdade para os detentores de capital, delineando um sujeito-gay-branco-neoliberal adequado incondicionalmente ao homocapitalismo (Duggan, 1998) e engajado exclusivamente em seu próprio prazer individual.

Conclusões

Considerando que *bareback* possui uma história performativa constantemente em construção, a discussão deste artigo visou chacoalhar nos discursos científicos as vontades de verdades que tangenciam a prática do *bareback* apostando no esclarecimento de embates ideológicos pela verdade entre diferentes perspectivas discursivas. A disputa discursiva pela verdade sobre sexo *bareback* fornece uma contextualização dos regimes de verdade imbricados e implicados em vontades de verdade: o neoliberalismo, a política da vergonha, a moralidade pastoral, o regime farmacopornográfico e um conhecimento científico-ativista *bareback*. É nessa disputa entre vontades de verdade que os jogos políticos de poder se deixam ver. Se entendemos com Foucault (2015[1977]) que poder não é uma entidade que se exerce sobre, mas uma força

multilateral que implica ação-reação, entenderemos que resistência não é uma observação empírica notável, mas condição de qualquer manifestação de poder, definido como uma força dialógica e multidirecional. Ainda pensando com Foucault (1993), entendo que denunciar o poder que nos sobrepuja não é suficiente. É necessário estudar os mecanismos pelos quais o poder e o controle se manifestam como a racionalidade neoliberal, o regime farmacopornográfico, a moralidade pastoral e a política da vergonha para, só então, minar sua penetrabilidade ao desmascarar sua palpável verossimilhança com uma vontade de verdade.

No contexto do neoliberalismo, sexo sem camisinha tem se tornado moralmente justificável, pois reflete ideais de liberdade, de escolha subjetiva, de risco privado e responsabilização individual por problemas coletivos. Os recentes investimentos em profilaxia, diagnóstico e tratamento deram ao risco do sexo uma nova cara: a de apaziguável, pois o risco pode ser probabilisticamente contornável, o que traz grande lucro para as empresas e sujeitos-empresa. A revisão de literatura narrativa nesse artigo é um gesto subjetivo que não prevê esgotar o tema, mas permite tecer uma crítica contra a redução do desejo *bareback* a uma crise da subjetividade gay, fato que fomenta vergonha sexual, destituição de direitos e exclusão sociopolítica. Tal crítica deseja escancarar o fato de que “a preocupação pelo sujeito se refere sempre a um ativo estado político e erótico.” (FOUCAULT, 1988a, p. 24) e que educação e saúde sexual são direitos que precisam ser democratizados e colocados em pauta por perspectivas antineoliberais.

Referências

- BARRETT, R. *From drag queens to leather men: language, gender, and gay male subcultures*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- BECK, U. *Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010 [1993].
- BERGLING, T. ‘Riders on the Storm’. *Genre* Vol. 53 (October), pp. 71–82, 1997.
- BERLANT, L.; WARNER, M. Sex in Public. In: HALL, D.; JAGOSE, A.; BEBELL, A.; POTTER, S. (Ed.). *The Routledge Queer Studies Reader*. Nova York: Routledge, 2013. pp. 165-179.
- BERSANI, L. Is the rectum a grave? *AIDS: Cultural analysis/Cultural activism*, vol. 43, pp. 197-222, 1987.
- BEZERRA, V. P. *O sexo “na pele”*: sentidos do corpo e da pele na experiência *bareback* entre homens na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BIEHL, J. Antropologia do devir: psicofármacos - abandono social - desejo. *Revista de Antropologia*, vol. 51, n.2, pp. 413-449, 2008.

BONFANTE G. M. *A linguagem na pele: afeto como ato de fala perlocucionário*. Tese de Doutorado em interdisciplinar linguística aplicada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BRENNAN, J. Gay porn's bareback momentum. *Journal of Homosexuality*, Vol. 67, n.1, pp. 127-157, 2018.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, vol. 17, n. 1, pp. 77-93, 2007.

BUTLER, J. *Frames of war*. London: Verso, 2009.

CRIMP, D. How to have promiscuity in an epidemics. *AIDS: Cultural analysis/Cultural activism*, vol. 43, pp. 237-271, 1987.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echelar, São Paulo: Boitempo, 2016.

DEAN, T. *Unlimited intimacy: reflections on the subculture of barebacking*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

DOUGLAS, M. *Risk and blame: essays in cultural theory*. Londres: Routledge, 1992.

DUGGAN, L. The new Homonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, R.; NELSON, D. (Ed.). *Materializing democracy: towards a revitalized cultural politics*. Duke: Duke University Press, 1998.

FELBERG, E. *O sexo nu: bareback e outras reflexões*. Curitiba: Ed. Appris, 2015.

FERRAZ, D.; PAIVA, V. Sexo, direitos humanos e AIDS: uma análise das novas tecnologias de prevenção do HIV no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, n. 18, v. 1, pp. 89-103, 2015.

FLEURY, S. Direitos sociais e restrições financeiras: escolhas trágicas sobre universalização. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, pp. 2686-2688, 2011.

FLORÊNCIO, J. Breeding futures: masculinity and the ethics of CUMmunion in: Treasure Island Media's Viral Loads. *Porn Studies*, vol. 5, n. 3, pp. 271-285, 2018.

FOUCAULT, M. *Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014[1971].

FOUCAULT, M. Technologies of the self. In: HUTTON, P. H.; GUTMAN, H. & MARTIN, L. H. (Eds.). *Technologies of the Self: a seminar with Michel Foucault*. Anherst: The University of Massachusetts

Press, 1988a.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988b.

FOUCAULT, M. Verdade e subjetividade. *Revista de Comunicação e Linguagem*, v. 1, n. 19, pp. 203-223, 1993.

FOUCAULT, M. Afterword: the subject and Power. In: Dreyfus, H.; Rabinow, P. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Londres: Harvester Wheatshea, pp. 208- 226, 1996.

FOUCAULT, M. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999[1976].

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. São Paulo: Edições Graal, 2010[1984].

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. São Paulo: Paz & Terra, 2014[1984].

FOUCAULT, M. Verdade e Poder. Tradução de Lilian Holzmeister e Ângela Loureiro de Souza In: MACHADO, R. (Ed.) *Microfísica do poder* 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015[1977].

GARCIA, E. A. Políticas e prazeres dos fluídos masculinos: barebacking, esportes de risco e terrorismo biológico. In: DÍAZ-BENITEZ, M. E., FIGARI, C. E. (Ed.) *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamound, 2009, pp.537-566.

GAUTHIER, D. K.; FORSYTH, C. J. Bareback sex, bug chasers, and the gift of death. *Deviant Behavior*, vol. 20, n.1, pp. 85-100, 1999.

HALBERSTAM, J. *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. Nova York: New York University Press, 2005.

HALKITIS, P. N.; PARSONS J. T.; WILTON, L. Barebacking Among Gay and Bisexual Men in New York City: Explanations for the Emergence of Intentional Unsafe Behavior. *Archives of Sexual Behavior*, Vol. 32, N. 4, pp. 351–357 (°C 2003)

LUDWIG, G. Desiring Neoliberalism. *Sexuality Research Social Policy*, vol. 13, pp. 417–427, 2016.

MILLER-YOUNG, M. Entrevista para *Explicando o orgasmo feminino*, Netflix, 2018.

MUÑOZ, J. E. *Cruising Utopias: the then and there of queer futurity*, New York: New York University Press, 2009.

PEYSER, M. A Deadly Dance. *Newsweek* (September 29), 1997, p. 76–77

PRECIADO, P. B. *Testo Yonqui*. Madrid: Editorial Espasa Calpe S. A., 2008.

PRECIADO, P. B. Terror anal: Apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual. In: HOCQUENGHEM, G. (Ed.), *El deseo homosexual*. Madrid: Melusina, 2009, pp. 133-174.

SAÉZ, J.; CARRASCOSA, S. *Por el culo: políticas anales*. Madrid: Egales, 2011.

SPINK, M. J. P. Suor, arranhões e diamantes: as contradições do risco na modernidade reflexiva, *Athenea Digital*, vol.19, n.1, 2019.

TOMSO, G. Viral sex and the politics of life. In: HALL, D.; JAGOSE, A.; BEBELL, A.; POTTER, S. (Orgs.). *The Routledge Queer Studies Reader*. Nova York: Routledge, 2013, pp 180-193.

VIDARTE, P. *Ética marica*. Madrid: Egales, 2007.

VÖRÖS, F. Raw fantasies: an interpretative sociology of what barebacking pornography does and means to gay french male audiences. In: LEWIS, E; BORBA, R; FABRÍCIO, B; PINTO, D (Ed.), *Queering Paradigms IV: South-North dialogues on queer epistemologies, embodiments, and activisms*, Oxford: Peter Lang, 2014, p. 321-344.

WARNER, M. *The trouble with normal: sex, politics and the ethics of queer life*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

ZUCCHI, E. GRANGEIRO, A. FERRAZ, D. PINHEIRO, T. ALENCAR, T. FERGUSON, L. ESTEVAM, D. MUNHOZ, R. Da evidência à ação: desafios do Sistema Único de Saúde para ofertar a profilaxia pré-exposição sexual (PrEP) ao HIV às pessoas em maior vulnerabilidade. *Caderno de Saúde Pública*, pp.1-16, 2018.
